



Of. nº 10/110-SEMAD/DGD/RR

Novo Hamburgo, 28 de fevereiro de 2019

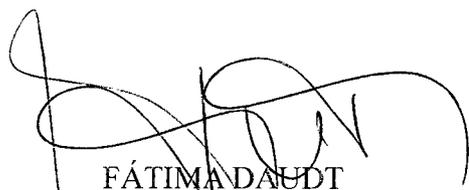
Ao Excelentíssimo Senhor
RAUL CASSEL
Presidente da Câmara de Vereadores
Novo Hamburgo – RS

Assunto: RESPONDE REQUERIMENTO Nº 87/2019

Senhor Presidente,

Vimos à presença de Vossa Excelência, em atendimento ao Requerimento em epígrafe, protocolado sob nº 600659/2019, de autoria dos Vereadores Enio Brizola, Enfermeiro Vilmar e Patricia Beck, encaminhar, apenso por cópia, ofício nº 79/2019/FR/FSNH, expedido pela Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo.

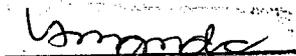
Atenciosamente,



FÁTIMA DAUDT
Prefeita

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO
PROTOCOLO
DOC. Nº 432/2019-1340

13 MAR. 2019





Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo
Av. Pedro Adams Filho, 6520 – Fone: (51) 3272.3272
CEP 93310-003 – Novo Hamburgo – RS
CNPJ: 11.055.682/0001-56 - www.fsnh.net.br

Ofício nº 79/2019/FR/FSNH

Novo Hamburgo, 21 de fevereiro de 2019.

Ilmº. Sr.
Nei Luis Sarmiento
Secretário Municipal de Administração
Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo - RS

PASTA 711 CORRESP. Nº 09
RECEBIDA EM 26/02/19
604905/2019

Assunto: Resposta ao Of. Nº7-H/05-SEMAD/DGD/MM referente ao Requerimento nº 87/2019 da Câmara Municipal de Vereadores

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, a Direção da **FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE NOVO HAMBURGO-FSNH** vem, conforme solicitado no requerimento supracitado, encaminhamos as demonstrações contábeis da FSNH, referentes aos exercícios de 2015, 2016, 2017, esclarecemos que o exercício de 2018 será analisado no decorrer de 2019.

Atenciosamente,


ITAJANARA BERLITZ
Diretora Administrativa e Financeira


RÁFAGA NUNES FONTOURA
Diretor-Presidente

Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis da FSNH
Referente ao ano de 2015

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao
Presidente da
FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE NOVO HAMBURGO
NOVO HAMBURGO - RS

Examinamos as demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE NOVO HAMBURGO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos superávits e déficits acumulados, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio social para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE NOVO HAMBURGO é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Procedemos a confirmação externa dos saldos mantidos em instituições financeiras, conta corrente e aplicações financeiras, entretanto, até a emissão desse relatório não obtivemos resposta, limitando o escopo dos nossos trabalhos.

Avenida Bastian, 366 - Menino Deus - Porto Alegre - RS - CEP. 90130-020



A Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo – FSNH foi instituída através de Lei Municipal nº 1980 de 19 de maio de 2009, que transformou a autarquia Hospital Municipal de Novo Hamburgo em “Fundação”. A mesma Lei Municipal, em seu artigo 19, determina que todo o Patrimônio que era de propriedade do Hospital Municipal de Novo Hamburgo fosse automaticamente incorporado ao patrimônio da FSNH. Como a Entidade não possui controle patrimonial analítico atualizado para os bens constantes do Imobilizado, não foi possível aferir a completa implementação deste dispositivo, bem como impediu a adequada verificação e certificação dos saldos contábeis apresentados. Os saldos contábeis do Hospital Municipal de Novo Hamburgo foram incorporados a Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo somente em 01 de janeiro de 2010.

As atuais práticas contábeis brasileiras preconizam que os ativos destinados ao uso sejam revistos para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, e quando houver perda, ela deve ser reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A Entidade não efetuou o referido procedimento, bem como não reconheceu contabilmente os efeitos correspondentes acerca da depreciação de seus bens de acordo com a vida útil definida para cada categoria de ativos imobilizados.

Fomos contratados após o encerramento do exercício social auditado, não tivemos condições de avaliar a existência de ativos fixos, bem como de demais ativos como estoques. Entretanto, verificamos que os controles internos, quando de nossos trabalhos, se apresentavam com deficiências, com posições divergentes entre os relatórios auxiliares de estoque e a contabilidade na data do balanço.

A Entidade é ré em diversas ações judiciais trabalhistas e indenizatórias, no entanto, não foi constituída qualquer provisão para contingência advinda destes processos para o caso de eventuais perdas, sendo que o relatório do jurídico apresenta um montante de R\$ 2.486.509,60 para causas classificadas como prováveis de perda, que deveria ser reconhecido a título de contingências passivas conforme preconizado na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Entidade não reconhece pelo regime de competência as férias a pagar, bem como, os respectivos encargos sociais.

OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis ajustes que poderiam decorrer dos assuntos mencionados no parágrafo Base Para Opinião Com Ressalva, as Demonstrações Financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições financeira e patrimonial da FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE NOVO HAMBURGO em 31 de dezembro de 2015, o resultado de suas operações e os fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

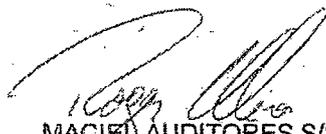
Conforme registro original de processo nº 25000.208312/2012-32, de 03/12/2012, a Entidade ingressou com documentação para obtenção do CEBAS perante o Ministério da Saúde, o qual se mantém em andamento até a conclusão dos trabalhos de auditoria. Entretanto, até o momento a Entidade se mantém sem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS após a transformação em Fundação, e calcula suas contribuições previdenciárias como se já tivesse o mesmo. Não há qualquer provisão para contingência advinda da cobrança de isenções usufruídas em caso de notificação pelos órgãos competentes. Subseqüentemente evidenciamos a obtenção do CEBAS em 2016.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31/12/2014, apresentados para fins de comparação, foram revisados por nós, e emitimos relatório com semelhantes modificações na opinião, em 24 de junho de 2015.

Novo Hamburgo, 29 de junho de 2016.



MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS 5.460
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS 71.505
Responsável Técnico



ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC RS 65.932
Responsável Técnica

Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis da FSNH
Referente ao ano de 2016

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AO
DD. PRESIDENTE DA
FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE NOVO HAMBURGO - FSNH

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo – FSNH que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do superávit e déficit do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo – FSNH em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Confirmação externa com as instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2016 as aplicações financeiras do Banco do Brasil e do Banrisul S/A apresentavam os saldos de R\$ 3.009.306 e R\$ 4.717.389 respectivamente. Não obtivemos confirmação externa das referidas instituições, não sendo possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para mensurar a existência das operações junto às instituições financeiras e os efeitos sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo contábil dos bens tangíveis e intangíveis classificados como ativo não circulante totalizavam em R\$ 18.139.378. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente, em razão de não termos tido acesso às informações que subsidiavam os saldos contábeis. Não foi realizado o teste *Impairment*, conforme determinado na NBC TG 27 – Resolução nº 1.177/09 – Imobilizado e NBC TG 01 – Resolução nº 1.292/10 – Redução ao valor Recuperável de Ativos. Desta forma, não foi possível estimar os efeitos e concluir sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais ajustes, a fim de determinar que estes ativos estejam representados pelo seu valor justo, de realização e/ou liquidação, conforme determinado pelas práticas contábeis.

Contingência passiva

A Fundação figura como ré em ações judiciais trabalhistas e indenizatórias montante de R\$ 2.486.510 para causas estimadas com perda provável em 31 de dezembro de 2016. No entanto, não foi constituída provisão para contingências advindas destes processos, conforme nota explicativa 3.i. As causas prováveis e possíveis devem ser apresentadas em notas explicativas, conforme preconizado na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e



Ativos Contingentes.

Provisão de 13º salário e férias

A Fundação em 31 de dezembro de 2016 não reconhece pelo regime de competência a provisão para 13º salário e férias, e seus respectivos encargos sociais. Não foi possível satisfazer-nos através de procedimentos alternativos de auditoria sobre o saldo dessas provisões em 31 de dezembro de 2016, seus possíveis efeitos no resultado do exercício findo naquela data e a adequação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis da Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo – FSNH encerradas em 31 de dezembro de 2015 foram por nós revisadas e emitimos relatório com modificação na opinião em 29 de junho de 2016.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas





Grupo

MACIEL®

Maciel Auditores, uma sociedade
simples brasileira e firma-
membro do Grupo Maciel®.

Maciel Auditores, a Brazilian
entity and member firm of the
Maciel® network

Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria

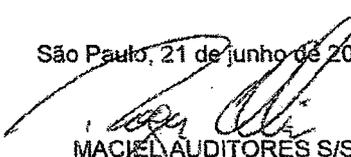
brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

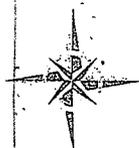
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de junho de 2017.


MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS 5.460/O-0
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC RS-071505/O-3 T SP
Sócio Responsável Técnico


ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC/RS 66.932/O-7
Sócia Responsável Técnica

Relatório dos Auditores
Independentes sobre as
Demonstrações Contábeis da FSNH
Referente ao ano de 2017



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**AO
DD. PRESIDENTE DA
FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DE NOVO HAMBURGO - FSNH**

Abstenção de Opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo – FSNH que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do superávit e déficit do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO, pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

Confirmação externa com as instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2017 a Fundação possuía uma conta corrente com saldo de R\$ 62.238,00 e contas de movimento e aplicação com saldo total de R\$ 14.320,23, para as quais não obtivemos confirmação externa das referidas instituições financeiras, não sendo possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para mensurar a existência das operações junto a estas instituições e os efeitos dessas operações sobre as demonstrações financeiras.

Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 o grupo créditos a receber apresenta um saldo a maior no valor de R\$ 843.573,38 referente a notas fiscais lançadas em duplicidade não ajustados até o encerramento do exercício.

Estoques

Pelo fato de termos sido contratados pela Fundação após 31 de dezembro de 2017, não acompanhamos os inventários físicos dos estoques do final do exercício. Os controles internos adotados pela Fundação não foram suficientes para que pudéssemos aplicar de forma satisfatória nossos testes de auditoria e validarmos o saldo apresentado na conta de Estoques no montante de R\$ 2.405.890,78, naquela data base.

Imobilizado

Os controles mantidos sobre o Ativo Imobilizado e Bens Intangíveis não garantem que o saldo total de R\$ 18.335.609,72, em 31 de dezembro de 2017, esteja adequadamente apresentado, uma vez que não possui um relatório de controle patrimonial, assim como, não apresenta cálculo da depreciação e amortização acumulada.

Não evidenciamos a existência de estudos para determinar a vida útil econômica estimada e o valor residual dos bens do Ativo Imobilizado, bem como, não evidenciamos estudos quanto à necessidade de realizar o teste de Redução ao Valor recuperável, de acordo com a normas de contabilidade aplicáveis a empresas do setor público, para os bens do Ativo Imobilizado e do Bens Intangíveis, nos valores respectivos de R\$ 18.234.261,72 e R\$ 101.348,00 em 31/12/2017. Isto Posto, não foi possível concluir sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais ajustes, para que esses Ativos estejam apresentados pelos seus valores justos de realização e/ou liquidação, conforme determinado pelas práticas contábeis.

Fornecedores

A entidade mantém registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2017 a título de Fornecedores, R\$ 29.870.697,88 enquanto o controle financeiro de Empenhos a Pagar por Credor apresenta saldo de R\$ 29.644.857,39, isto é R\$ 225.840,49 menor que o saldo contábil, que devido a insuficiência de informações nos registros contábeis e ausência de conciliação não foi possível validar o saldo apresentado.

IRRF Servidores a Recolher

Em 31 de dezembro de 2017 a entidade apresenta saldo contábil de R\$ 1.530.129,46 a título de IRRF Servidores a Recolher, que é revertido em benefício ao órgão público que o retém quando do encontro de contas, no

entanto, esse encontro de contas ou o documento de arrecadação do valor retido não nos foram apresentados, não sendo possível obter a evidência suficiente quanto a liquidação do saldo.

Provisão de 13º salário e férias

A Fundação em 31 de dezembro de 2017 não reconheceu pelo regime de competência a provisão para 13º salário, férias, e seus respectivos encargos sociais. Não foi possível determinar os efeitos no resultado do exercício findo naquela data e a adequação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Contingência passiva

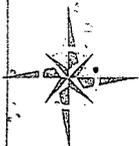
A Fundação figura como ré em ações judiciais trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 2.486.509,60, para causas trabalhistas, e R\$ 9.461.067,00, para causas cíveis, estimadas com perda provável em 31 de dezembro de 2017. No entanto, não foi constituída provisão para contingências advindas destes processos, conforme nota explicativa 3.i., bem como as causas possíveis e remotas não estão divulgadas. As causas prováveis devem ser reconhecidas contabilmente, enquanto que as possíveis devem ser apresentadas em notas explicativas, conforme preconizado na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras da **Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo – FSNH** encerradas em 31 de dezembro de 2016 foram por nós revisadas e emitimos relatório com modificação na opinião com relação a confirmação externa de saldos bancários, Ativo Não Circulante, Provisão de Férias e Contingências Passivas, em 21 de junho de 2017.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

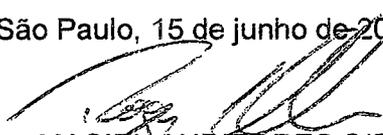
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Entidade de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

São Paulo, 15 de junho de 2018.


MACIEL AUDITORES S/S
CRC RS - 5.460/0-0 - T - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS - 71.505/0-3 - T - SP
Sócio Responsável Técnico


LUCIANO GOMES DOS SANTOS
CRC 1RS - 59.628/0-2
Sócio Responsável Técnico